- d) Auditorias/verificação e assistência técnica/consultoria;
- e) Transporte dos produtos a ensaiar ou dos equipamentos a calibrar e despesas a este associadas;
- f) Despesas com divulgação;
- g) Despesas com o uso do rótulo ecológico;
- h) Aquisição de aplicações informáticas específicas e indispensáveis ao projecto;
- i) Acções de formação, desde que integradas no respectivo plano global.

4 — Para efeitos do disposto nas alíneas d) do n.º 1, b) do n.º 2 e d) do n.º 3 deste artigo, entende-se por assistência técnica todo o trabalho desenvolvido na empresa por entidade externa a fim de implementar e executar as acções necessárias ao projecto em causa.

Artigo 9.º

Incentivo

1 — O incentivo financeiro a conceder assumirá a forma de um subsídio financeiro a fundo perdido, determinado pela aplicação de uma percentagem sobre as aplicações relevantes do projecto e até aos limites previstos nos n.ºs 4, 5 e 6 do presente artigo.

2 —

3 — A percentagem de comparticipação é de 65% para a acção C, com excepção das acções de formação, em que a percentagem do incentivo é de 50% no que se refere a custos relativos à produção de material pedagógico e de 90% nos restantes casos.

4 — No caso de projectos candidatos à acção A, o incentivo a conceder não poderá exceder:

- a)
- b)
- c) 2000 contos para a aquisição de aplicações informáticas.

5 — (Anterior n.º 4.)

6 — No caso de projectos candidatos à acção C, o incentivo a conceder não poderá exceder:

- a) 30 000 contos por projecto para a certificação de sistemas de gestão ambiental ou para o registo no EMAS, com excepção do montante de incentivo relativo às acções de formação;
- b) 15 000 contos por projecto para a atribuição do rótulo ecológico a produtos, com excepção do montante de incentivo relativo às acções de formação;
- c) 45 000 contos por projecto que inclua, cumulativamente, a certificação de sistemas de gestão ambiental ou o registo no EMAS e a atribuição do rótulo ecológico, com excepção do montante de incentivo relativo às acções de formação;
- d) 2500 contos para despesas com divulgação;
- e) 2000 contos para a aquisição de aplicações informáticas.

7 — (Anterior n.º 5.)

Artigo 10.º

Apresentação de candidaturas

1 — A apresentação de candidaturas às acções A e C é contínua e independente, devendo ser formalizada de acordo com o disposto no artigo 9.º do Despacho Normativo n.º 545/94 (SINDEPEDIP) (IIDG01).

- 2 —
- 3 —
- 4 —

Artigo 11.º

Competências e prazos de apreciação

Compete ao IPQ a análise dos processos de candidatura, emitindo parecer fundamentado:

- a)
- b)
- c) Para os casos da acção C, no prazo de 80 dias úteis contados a partir da data de apresentação da candidatura, recorrendo para o efeito a parecer técnico da Direcção-Geral do Ambiente, que deverá ser emitido no prazo de 20 dias úteis.

Artigo 12.º

Condições para a realização do pagamento

O último pagamento do incentivo fica condicionado ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- a)
- b)
- c) No caso de projectos candidatos à acção C, à certificação de sistemas de gestão ambiental, ou ao registo no EMAS, e ou à atribuição do rótulo ecológico, ou à comprovação de que requereu a adesão a algum destes sistemas.

ANEXO I

(Anterior anexo.)

ANEXO II

Estrutura para apresentação das fases de consultoria para o implemento dos sistemas da qualidade, a certificar de acordo com os sistemas n.ºs 5 e 6 da Directiva n.º 5/94 do CNQ.

- 1.ª fase: diagnóstico ao actual sistema da qualidade da empresa.
- 2.ª fase: concepção do sistema da qualidade e planeamento da implementação.
- 3.ª fase: implementação do sistema da qualidade.
- 4.ª fase: auditoria interna global ao sistema da qualidade.
- 5.ª fase: acções correctivas/processos de melhoria (anteriores à certificação).»

Ministério da Economia, 12 de Março de 1998. — O Ministro da Economia, *Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 219/98

de 3 de Abril

Pela Portaria n.º 567/90, foi aprovado o Regulamento da Pesca da Lagoa de Óbidos.

Considerando a necessidade de assegurar uma protecção mais eficaz dos recursos de bivalves e de otimizar a exploração dos mesmos, torna-se indispensável

umentar o tamanho mínimo fixado para as espécies de amêijoas na lagoa de Óbidos, actualizando, simultaneamente, as designações científicas das espécies envolvidas.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 10 do artigo 48.º e no artigo 59.º do Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto Regulamentar n.º 3/89, de 28 de Janeiro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que o anexo II ao Regulamento da Pesca na Lagoa de Óbidos, aprovado pela Portaria n.º 567/90, de 19 de Julho, passe a ter a seguinte redacção:

«ANEXO II

Tamanhos mínimos das espécies

(a que se refere o artigo 8.º)

Amêijoa, amêijoa-boia ou amêijoa-cristã (*Ruditapes decussatus*) — 4 cm (b).

Amêijoa-bicuda ou amêijoa-de-cão (*Venerupis aurea*) — 3,5 cm (b).

Amêijoa-macha ou amêijoa-judia (*Venerupis pullastra*) — 3,5 cm (b).

.....
.....
(b) Tamanho fixado pelo presente Regulamento.»

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Assinada em 18 de Março de 1998.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Marcelo de Sousa Vasconcelos*, Secretário de Estado das Pescas.

Portaria n.º 220/98

de 3 de Abril

O Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA) é um organismo dotado de autonomia administrativa e financeira que tem como receitas, para além das que resultam das dotações inscritas no Orçamento do Estado e no Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), as que o Decreto-Lei n.º 101/93 estabelece no seu artigo 34.º

As receitas próprias do INIA correspondem assim e fundamentalmente a quantias cobradas pelos serviços prestados a entidades públicas, cooperativas ou privadas.

Uma vez que os preços cobrados pelos seus organismos operativos foram estabelecidos isoladamente, com a elaboração de tabelas para cada um, convém proceder à sua actualização, quer em termos de estrutura e conteúdo, quer em termos de uniformidade de critérios a aplicar na determinação dos custos.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 101/93, de 2 de Abril, e por proposta do presidente do INIA, o seguinte:

1.º É aprovada a tabela de preços de análises e de outros serviços prestados pelo INIA através dos seus organismos operativos, anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante.

2.º Os valores da tabela são expressos em pontos.

3.º O valor de cada ponto é fixado em 1\$ para o corrente ano, sendo revisto periodicamente e actualizado sob proposta do presidente do INIA, ouvido o conselho administrativo.

4.º Os preços de análises e de outros serviços a prestar pelos organismos do INIA, no âmbito das suas esferas de acção e que não constem da tabela anexa, serão estabelecidos caso a caso, tendo em conta os custos de mão-de-obra, equipamento, energia, materiais de consumo corrente, gastos gerais e outros encargos que venham a verificar-se, aplicados através da seguinte fórmula:

$$P = A + B + C + D + E$$

em que:

P = preço de análises e outros serviços;

A = custo de mão-de-obra;

B = custo relativo a equipamento;

C = custo da energia e materiais de consumo corrente;

D = custo correspondente a gastos gerais;

E = encargos adicionais.

O cálculo de *A* determina-se com base no tempo gasto na execução do trabalho e na remuneração horária; o valor de *B* refere-se a encargos com a utilização de qualquer equipamento, tendo em conta o seu custo, amortização e manutenção; o valor de *C* diz respeito aos gastos com energia, reagentes e qualquer outro material de consumo corrente; *D* representa as despesas com estudos prévios, manutenção de infra-estruturas, despesas administrativas, etc.; o valor de *E* engloba encargos com deslocações de pessoal, ajudas de custo e comunicações.

5.º Os preços constantes da tabela anexa ou resultantes da aplicação da fórmula referida no n.º 4.º poderão ser objecto de descontos especiais, a fixar pelo presidente do INIA, no âmbito de acordos, convénios, contratos ou protocolos celebrados pelo INIA ou pelos seus organismos operativos com outras entidades públicas, privadas ou cooperativas.

6.º São revogados: o despacho de 9 de Outubro de 1986 do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 254, de 4 de Novembro de 1986; a portaria do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação de 18 de Julho de 1990, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 202, de 1 de Setembro de 1990; a portaria n.º 162/92, de 1 de Abril, do Ministro da Agricultura, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 18 de Maio de 1992; a Portaria n.º 108/94, de 17 de Fevereiro, e o despacho de 31 de Agosto de 1996 do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, publicado, através de aviso, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 264, de 14 de Novembro de 1996.

7.º A presente portaria entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Assinada em 18 de Março de 1998.

O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Fernando Manuel Van-Zeller Gomes da Silva*.